

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.438 - SP (2018/0313759-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : PLASTICOS MUELLER S/A IND E COM
ADVOGADO : GABRIEL NEDER DE DONATO - SP273119
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO - SP118936
S

MARCELO DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP117364

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PLÁSTICOS MUELLER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa ficou assim definida:

Agravo Interno (art. 557, § 1º, do CPC). Decisão monocrática que, com amparo no art. 557, “caput”, do estatuto processual, negou seguimento a recurso de Agravo de Instrumento tirado contra decisão que, em Embargos à Execução Fiscal de débito de ICMS, negou seguimento ao recurso de apelação. Adesão ao Plano Especial de Parcelamento PEP, após a interposição de recurso de apelação, em embargos à execução fiscal em que se questiona a Certidão de Dívida Ativa objeto do acordo de parcelamento. Sentença de improcedência.

Interposição de Recurso de Apelação. Subsequente adesão da executada a parcelamento (PEP). Adesão ao parcelamento que implica confissão do débito fiscal e renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem assim traduzindo ato incompatível com a vontade de recorrer. Razões que não convencem do desacerto da solução. Agravo Interno desprovido.(Fl. 190).

A recorrente sustenta a contrariedade ao art. 269, V, do Código de Processo Civil de 1973, sob o fundamento de que "se o contribuinte, mesmo posteriormente aderindo ao parcelamento de débito fiscal, entende que há ilegalidade na origem do crédito tributário, o Poder judiciário tem o dever de julgar adequadamente suas alegações, a fim de que sejam respeitadas as regras basilares do nosso ordenamento jurídico" (fl. 245).

Mantido o acórdão recorrido em juízo de retratação (fls. 267/272), o recurso especial foi admitido na origem (fl. 275/276).

É o relatório. Decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do **Tema n. 375**, vinculado ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.133.027/SP (Rel. Min. LUIZ

FUX, DJe de 16/03/2011), firmou o entendimento de que "a confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos", nos termos do acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. Recurso Especial representativo de controvérsia (art. 543-C, § 1º, do CPC). AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO COM BASE EM DECLARAÇÃO EMITIDA COM ERRO DE FATO NOTICIADO AO FISCO E NÃO CORRIGIDO. VÍCIO QUE MACULA A POSTERIOR CONFISSÃO DE DÉBITOS PARA EFEITO DE PARCELAMENTO. POSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL.

1. A Administração Tributária tem o poder/dever de revisar de ofício o lançamento quando se comprove erro de fato quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória (art. 145, III, c/c art. 149, IV, do CTN).

2. A este poder/dever corresponde o direito do contribuinte de retificar e ver retificada pelo Fisco a informação fornecida com erro de fato, quando dessa retificação resultar a redução do tributo devido.

3. Caso em que a Administração Tributária Municipal, ao invés de corrigir o erro de ofício, ou a pedido do administrado, como era o seu dever, optou pela lavratura de cinco autos de infração eivados de nulidade, o que forçou o contribuinte a confessar o débito e pedir parcelamento diante da necessidade premente de obtenção de certidão negativa.

4. Situação em que o vício contido nos autos de infração (erro de fato) foi transportado para a confissão de débitos feita por ocasião do pedido de parcelamento, ocasionando a invalidade da confissão.

5. A confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos. Quanto aos aspectos fáticos sobre os quais incide a norma tributária, a regra é que não se pode rever judicialmente a confissão de dívida efetuada com o escopo de obter parcelamento de débitos tributários. No entanto, como na situação presente, a matéria de fato constante de confissão de dívida pode ser invalidada quando ocorre defeito causador de nulidade do ato jurídico (v.g. erro, dolo, simulação e fraude). Precedentes: REsp. n. 927.097/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 8.5.2007; REsp 948.094/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 06/09/2007; REsp 947.233/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 23/06/2009; REsp 1.074.186/RS, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/11/2009; Resp 1.065.940/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 18/09/2008.

6. Divirjo do relator para negar provimento ao recurso especial. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C, do CPC, e da Resolução STJ n. 8/2008.

Quanto à questão aqui analisada, assim decidiu o acórdão recorrido, *verbis*:

Aderindo a agravante ao "PEP", confessou ser devedora do ICMS, e, ainda, renunciou ao direito de discutir, não apenas administrativamente, mas também judicialmente os débitos fiscais incluídos no parcelamento. Isto é, a agravante reconheceu a legitimidade do crédito tributário, mediante o respectivo pagamento (neste caso em parcelas), renunciando ao direito de questionar a Certidão de Dívida Ativa objeto do acordo de parcelamento.

Diante da adesão da agravante ao Plano Especial de Parcelamento, não remanesce realmente interesse de agir para os embargos à execução fiscal, e, notadamente, interesse recursal, diante da notória prática de ato incompatível com a vontade de recorrer (fl. 174).

Nessa linha, verifica-se que o acórdão recorrido está em contrariedade com a tese repetitiva de que a confissão de dívida não impede a revisão do ato administrativo e nem o questionamento dos aspectos jurídicos da obrigação tributária.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial para que, não havendo outro obstáculo, seja dado seguimento ao recurso de apelação interposto contra a sentença que julgou improcedentes os embargos à execução fiscal.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente